

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

Ibson Roberto dos Santos*
Luiz Carlos Lückmann**

RESUMO

Neste texto analisaram-se os indicadores demográficos e educacionais da Mesorregião Oeste catarinense e suas implicações para a educação superior. O tratamento de indicadores e sua relação com a educação superior tem sido tema recorrente nos últimos anos. Parte-se do pressuposto de que a redução acentuada da população das faixas etárias mais jovens, assim como a involução de matrículas na educação fundamental, acabam refletindo e, até mesmo, impactando a educação superior. A natureza do estudo requereu pesquisa qualitativa, uma vez que a temática foi analisada com o cuidado de atribuir significado crítico às fontes consultadas. Fez-se uso de fontes documental e bibliográfica. Ao cabo do estudo, construiu-se cenário que poderá servir de subsídio à formulação de políticas e de tomada de decisões com as instituições de ensino superior e os órgãos públicos da Mesorregião. As variáveis analisadas levaram à inferência de que haverá, nos próximos anos, estagnação e, até mesmo, redução das matrículas nas instituições de ensino superior presentes na Mesorregião Oeste catarinense, alterando-se significativamente o cenário da educação superior.

Palavras-chave: Indicadores. Mesorregião. Educação superior.

1 INTRODUÇÃO

O tratamento de indicadores e suas possíveis relações com a educação superior tem sido tema recorrente nos últimos anos, sobretudo a partir da publicação sistemática de grande quantidade de dados e informações oriundos de observatórios, institutos de pesquisa e órgãos do Governo, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais indicadores têm servido de fundamento para a formulação de novas políticas públicas, bem como para a tomada de decisões por agentes comunitários e lideranças políticas, em decorrência da descentralização administrativa assegurada na Constituição Federal de 1988.

As Conferências de Paris (1998 e 2009) são balizadoras quando se estudam as implicações do desenvolvimento social de um país, região ou comunidade com a educação superior. Entre os documentos publicados, destacam-se a *Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação* (UNESCO, 1998) e *As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social* (UNESCO, 2009).

Tais documentos, além de tratarem de questões sobre a missão de educar, o papel ético das Instituições de Ensino Superior (IESs), a pesquisa e o ensino, trouxeram para o debate a questão da “pertinência” da educação superior, tornando-a suscetível aos problemas de seu entorno e mais atenta às necessidades da vida socioeconômica e cultural do País e de sua região de abrangência. Para Didrikson (1995, p. 15):

* Pós-graduado em Recursos Humanos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; ilson.santos@unoesc.edu.br

** Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas de Cuba; Mestre em Antropologia Filosófica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; luiz.luckmann@unoesc.edu.br

La pertinencia de la educación superior se considera primordialmente en función de su cometido y su puesto en la sociedad, de sus funciones con respecto a la enseñanza, la investigación y los servicios conexos, y de sus nexos con el mundo del trabajo en sentido amplio, con el estado y la financiación pública y sus interacciones con otros niveles y formas de educación.

Isso significa entender que, se uma região enfrenta problemas que comprometam seu desenvolvimento social, não pode ficar restrita à esfera da gestão pública. A educação superior, apesar de sofrer os reflexos desses problemas, terá que, de alguma forma, participar da sua solução.

Dias Sobrinho et al. (1999, p. 71) reforçam o documento produzido pela Conferência de Paris de 1998, afirmando que a universidade “[...] não pode perder suas referências de pertinência a uma realidade concreta que lhe confere existência real e lhe determina o quadro de valores e de compromissos sociais a serem consolidados e cumpridos.” Chauí et al. (1999, p. 35) debruçaram-se sobre essa questão nos anos 2000, quando discutiram a natureza e as finalidades da instituição universitária. Ao conceber a universidade como uma instituição de natureza social, os autores afirmaram: “[...] ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada.” Essa nova perspectiva busca deslocar a visão economicista hoje vigente para uma perspectiva social do papel da educação superior.

Olhando os números da educação superior publicados pelo INEP, observa-se que o País tem avançado pouco. Ficou-se distante de cumprir a meta 4.3 do Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE) de “[...] prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.” (BRASIL, 2001). O novo Plano 2014-2024 aumentou esse percentual para 33%.

A universalização do ensino fundamental nos anos 1990 trouxe a expectativa de aumento das matrículas no ensino médio, mas os dados revelam haver, na Mesorregião Oeste catarinense, decréscimo anual de concluintes de 0,5% nesse nível de ensino. Os altos índices de repetência e evasão minam o ensino médio que, somados ao decréscimo da população nas faixas etárias menores, comprometem a sua oferta nos próximos anos.

O decréscimo sistemático da população com idade entre 0 e 19 anos (-14,83%), entre 2000 e 2012 (IBGE, 2015), bem como a redução do crescimento das matrículas no ensino médio verificada na Mesorregião Oeste, conduzem à hipótese provável de que o cenário para a educação superior nos próximos anos será de estagnação.

As IESs da Mesorregião se instalaram tardiamente nela. As primeiras remontam aos anos 1960, representadas pelo modelo comunitário de educação superior. A primeira universidade comunitária se instalou na região em 1996, enquanto a primeira universidade federal acabou de se instalar.

A natureza do estudo requereu pesquisa quantitativa e qualitativa, uma vez que a temática foi analisada a partir de fontes documentais e bibliográficas, com o cuidado de atribuir significado a tais fontes (MINAYO, 2010). Em um primeiro momento, com base em pesquisa documental, levantaram-se os indicadores demográficos e educacionais da Mesorregião Oeste catarinense, para, em seguida, com o suporte bibliográfico, analisar os impactos que esses indicadores poderão produzir na educação superior. Por último, serão apontadas alguns desafios e perspectivas para o ensino superior representados pelo modelo comunitário de educação superior presente na Mesorregião, como instrumento para a formulação de políticas e de tomada de decisão com órgãos governamentais e não governamentais da região.

2 INDICADORES POPULACIONAIS

As mesorregiões geográficas foram criadas com o propósito de subsidiar na formulação de políticas públicas como estratégia de enfrentamento das assimetrias e desigualdades regionais (BANDEIRA, 2004, p. 2). Para Lima (2002, p. 5):

As Mesorregiões Geográficas são conjunto de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou.

Enquanto a divisão macrorregional procura reunir geograficamente certo número de estados e seus respectivos municípios, a divisão mesorregional procura identificar regiões individualizadas em cada um dos estados brasileiros (IBGE, 1990). O Estado de Santa Catarina integra as mesorregiões Sul catarinense, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí, Norte catarinense, Serrana e Oeste catarinense.

A Mesorregião Oeste catarinense é constituída de 118 municípios, com população estimada em 1.264.554 habitantes (IBGE, 2015). Representa a maior área territorial entre as mesorregiões, com 27.365 km². Faz fronteira com as mesorregiões do Norte catarinense e Serrana, com o Paraná e Rio Grande do Sul e com a Argentina. A Mesorregião cresceu menos da metade em relação ao crescimento verificado no Estado como um todo. Em vários municípios houve redução abrupta da população, especialmente de jovens. Os municípios de São Miguel do Oeste, Joaçaba e Xanxerê apresentaram o menor crescimento demográfico. Chapecó, por sua vez, teve o maior crescimento da Mesorregião, mesmo assim, ficou abaixo da média estadual.

A Mesorregião Oeste catarinense teve crescimento populacional menor, se comparado com o crescimento no Estado. Entre 2010 e 2015 houve incremento populacional estimado em 5,32%. No mesmo período, o aumento da população do Estado foi de 9,09%; no País, foi estimado em 7,18% (IBGE, 2015). O crescimento populacional da Mesorregião foi superior apenas à Mesorregião Serrana (2,16%). No mesmo período, a população da Mesorregião Grande Florianópolis cresceu 11,75% e a do Vale do Itajaí, 12,91%, portanto, acima do crescimento populacional da Mesorregião Oeste.

Contudo, houve redução acentuada da população nas faixas etárias iniciais. Até os nove anos, a redução foi de 20%; já na faixa etária entre 10 e 14 anos, a redução foi de 7,68% e entre 15 e 19 anos, o decréscimo foi de 1,65%. Há, portanto, uma tendência de redução das faixas etárias mais jovens. Segundo o IBGE (2015):

A proporção de famílias formadas por casais sem filhos cresceu 33% no Brasil entre 2004 e 2013. Ao longo desse período, houve queda de 13,7% na proporção dos casais com filhos (de 50,9% para 43,9%). Já o número de casais sem herdeiros cresceu de 14,6% para 19,4%. Em 2013, um em cada cinco casais brasileiros não tinham filhos.

Inversamente às faixas etárias mais jovens, a que se encontra entre 20 e 29 anos teve crescimento de 15,36%. Esse fenômeno também se verifica nas faixas etárias posteriores, sobretudo a partir dos 40 anos. Chama a atenção o crescimento populacional acentuado nas faixas etárias acima de 40 anos, em uma clara evidência do envelhecimento populacional.

3 INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os indicadores da educação básica e superior são levantados pelo Censo Escolar da Educação Básica e pelo Censo da Educação Superior. Suas informações servem de base para a avaliação e a proposição de políticas públicas na área educacional, bem como para a destinação de recursos financeiros para estados e municípios.

Entre 2000 e 2014, as matrículas em creches na Mesorregião Oeste tiveram aumento de 186,95%. Trata-se de crescimento considerável, uma vez que a população na faixa etária de 0 a 4 anos vem apresentando redução sistemática, tanto no País quanto na Mesorregião. Esse crescimento possui relação com a universalização da educação básica desencadeada pelas políticas educacionais pós-LDB 1996.

Por sua vez, as matrículas em pré-escolas tiveram variação negativa de 15,81%, em contraste com a variação positiva de 186,95% observada nas matrículas em creches no mesmo período (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). O decréscimo das matrículas em pré-escolas foi registrado em todas as mesorregiões do Estado, com exceção das Mesorregiões Norte e Vale do Itajaí. A Mesorregião Oeste teve a segunda maior redução.

Da mesma forma, as matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental na Mesorregião Oeste tiveram redução de 26,3%, superior ao registrado nas matrículas em pré-escolas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). A explicação para tal decréscimo se encontra na redução de 21,43% da população na faixa etária entre 5 e 9 anos (IBGE, 2015).

A Mesorregião Oeste registrou a maior redução de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental no período analisado (-26,3%), seguida pelas mesorregiões Serrana (-24,89%) e Sul (-18,98%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014).

O mesmo comportamento verificou-se nas matrículas dos anos finais do ensino fundamental na Mesorregião Oeste, com redução de 40,05%, superior à registrada nos anos iniciais (-26,30) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). A involução acentuou-se a partir de 2010, por conta do aumento dos anos de escolaridade do ensino fundamental de 8 para 9 anos.

Essa redução tem relação com o decréscimo populacional verificado na faixa etária entre 10 e 14 anos, que foi de -7,68% (IBGE, 2015), conforme analisado anteriormente. Esse fenômeno também é observado nas demais mesorregiões do Estado, sobretudo nas mesorregiões Sul (-38,76%) e Serrana (-31,27%).

Por sua vez, as matrículas no ensino médio regular na Mesorregião Oeste, no período entre 2000 e 2014, tiveram crescimento de 7,24%. Tal crescimento, contudo, ocorreu somente entre 2000 e 2003; a partir de 2004, vem verificando-se involução. Das 60.274 matrículas registradas na Mesorregião em 2003, chegou-se a 55.829, em 2014. Tal fato tem relação com a redução da faixa etária entre 15 e 19 anos, cuja variação percentual da população, entre 2000 e 2012 foi de -1,65% (IBGE, 2016).

A média de crescimento de 7,24% nas matrículas do ensino médio na Mesorregião está abaixo da média do Estado (13,28%) e das mesorregiões do Vale do Itajaí (23,56%), Norte (17,62%) e Serrana (14,4%).

4 INDICADORES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação superior brasileira vem passando por processo de expansão desde os anos 1990. O crescimento foi claramente perceptível nessa década em decorrência da proliferação de instituições privadas de ensino superior. Enquanto as matrículas nas IESs públicas tiveram crescimento de 46,43%, nas IESs privadas foi de 88,38% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016).

Tal crescimento explica-se pela adoção de políticas neoliberalizantes adotadas no Brasil nos anos 1990, com prejuízos ao financiamento da educação superior pública (SGUISSARDI, 2009). Sob a orientação do Banco Mundial, a legislação educacional pós-LDB possibilitou a diversificação institucional e de fontes de financiamento para a educação superior, com o argumento de que o modelo de universidade de pesquisa tornou-se inadequado aos países em desenvolvimento (SGUISSARDI, 2009).

Entre 2001 e 2010 as matrículas de graduação no Brasil se expandiram em proporções ainda maiores do que na década anterior (210,11%), com destaque para o crescimento das IESs públicas. Enquanto na década de 1990 as matrículas do setor público cresceram 46,43%, na década de 2000 esse crescimento foi de 173,97% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016). A adoção de políticas públicas para a educação superior nos anos 2000, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (Reuni), certamente contribuiu para o avanço das matrículas com o setor público, assim como o Programa Universidade para Todos (Prouni) constituiu política de ampliação de vagas no setor privado (SILVA; OURIQUE, 2012).

No período compreendido entre 2011 e 2014, as matrículas na graduação mantiveram taxas elevadas, com crescimento de 116,14%. Proporcionalmente, nesse período as matrículas do setor público (110,58%) cresceram acima das matrículas do setor privado (118,13%), se se comparar às duas décadas anteriores, resultado das políticas de expansão da educação superior pública dos anos 2000.

Trazendo os dados para o contexto de Santa Catarina e da Mesorregião Oeste, observa-se que, na década de 1990, o Estado obteve uma das maiores taxas de crescimento de matrículas na graduação presencial. Entre 1991 e 2000, o crescimento foi de 146,33%, muito acima da evolução registrada no País (72,2%). Já na década seguinte (2001-2010), a evolução ocorreu em ritmo menos acelerado (51,3%). Esse crescimento explica-se pela presença de universidades comunitárias descentralizadas por todo o território do Estado; boa parte delas ascendendo ao *status* de universidade na década de 1990. Já entre os anos 2011 e 2014, a evolução das matrículas presenciais no Estado de SC começou a se estabilizar (8,48%) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016).

A expansão do ensino superior com a Mesorregião Oeste catarinense ficou acima da média da expansão verificada em outras mesorregiões do Estado. Entre 1991 e 2000, as matrículas da graduação presencial cresceram 233,52%; no mesmo período, as matrículas no País, como um todo, cresceram 72,15% e no Estado de Santa Catarina, 146,34%.

O crescimento volumoso das matrículas de graduação na Mesorregião Oeste catarinense coincidiu com a transformação de pequenas fundações comunitárias de ensino superior em universidades, bem como com o surgimento de pequenas faculdades privadas que se instalaram na região na década de 1990.

Nos anos 2001 a 2010, a evolução das matrículas presenciais na Mesorregião Oeste começou a decrescer, ficando abaixo do crescimento da média nacional (70,51%). A mesma tendência se verifica nos quatro primeiros anos da segunda década dos anos 2000. A evolução das matrículas na Mesorregião, entre 2011 e 2014, foi de 3,63%, enquanto que em Santa Catarina foi de 8,48% e no País, 12,86%. De qualquer modo, a expansão das matrículas na Mesorregião Oeste nas duas últimas décadas tem se constituído fato inusitado, por estar se tratando de processo não somente de expansão, mas também de interiorização do ensino superior.

5 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em 2013, o Estado de Santa Catarina possuía 118 instituições de ensino superior. Tais instituições detinham, nesse mesmo ano, 224.226 matrículas em cursos presenciais. Por sua vez, a Mesorregião Oeste catarinense contava, na época, com 21 IESs, entre elas, uma universidade federal, uma universidade estadual, quatro universidades comunitárias e 15 faculdades privadas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016). As IESs da Mesorregião detinham 38.887 matrículas, representando 17,34% das matrículas do Estado (SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR, 2015, p. 124).

As Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICESs) foram pioneiras no processo de interiorização do ensino superior nessa região, ainda na década de 1960. Constituíram-se pela conjugação de esforços entre entidades da sociedade civil e o poder público municipal. O modelo nasce no espaço vazio deixado pelo Poder Público estatal, que optou por priorizar a expansão do ensino superior público com os grandes centros urbanos do País (MACHADO, 2009; SCHMIDT; CAMPIS, 2009).

As ICESs possuem características próprias, muitas delas não encontradas em outros modelos: são instituições criadas pela iniciativa de organizações da sociedade civil; atuam sem objetivos de lucro; foram criadas enquanto instituições de direito privado; são detentoras de patrimônio cuja origem e destinação são públicas; são reguladas, avaliadas e fiscalizadas Poder Público (FRANTZ; SILVA, 2002).

Por sua vez, as instituições públicas de ensino superior presentes na Mesorregião se fazem representar pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A UFFS instalou-se na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul em 2009, em resposta à inexpressiva presença da educação superior pública nessa região (TREVISOL, 2014, p. 9).

Por sua vez, a UDESC instalou-se na Capital do Estado em 1965. Constitui 12 unidades distribuídas em 10 cidades. Uma dessas unidades e alguns de seus polos de apoio à EaD encontram-se na Mesorregião Oeste. Já as pequenas faculdades presentes em diversas cidades da Mesorregião Oeste catarinense se instalaram nelas movidas por interesses mercadológicos, assim como o fizeram centenas de outras instituições privadas pelo País fora a partir da década de 1990 (SGUISSARDI, 2009).

Ao cabo do presente estudo, e com o propósito de subsidiar as IESs presentes na Mesorregião Oeste na tomada de decisões, resta perguntar: as evidências da redução da população mais jovem e o envelhecimento das faixas etárias acima de 40 anos, somados à estagnação das matrículas nos diversos níveis de ensino acima analisado, apontam para quais perspectivas de futuro? Que cenário se descortina para a educação superior nesse contexto e que desafios dele são decorrentes?

Sabe-se que as regiões interioranas, mais ainda as regiões de fronteira, além de se localizarem distante dos grandes centros, também são punidas pelas dificuldades de acesso à infraestrutura, ao conhecimento, ao poder e a melhores condições de vida, produzindo assimetrias intrarregionais de difícil transposição (TREVISOL, 2014). É nesse contexto que as instituições de ensino superior se encontram; é nele que se sentem desafiadas a manter e ampliar o acesso à educação superior.

Um dos desafios levantados na análise dos indicadores analisados possui relação com a população. Entre 2010 e 2015, a população da Mesorregião Oeste catarinense cresceu 5,32%. No mesmo período, a população do Estado cresceu 9,09% e a brasileira, 7,18%. Em mesorregiões como Vale do Itajaí (12,91%), Grande Florianópolis (11,75%) e Norte (9,7%), o crescimento foi ainda maior, evidenciando-se a continuidade do processo migratório de regiões interioranas para o litoral (IBGE, 2016).

Analisando a população por faixa etária, observa-se que, entre 2000 e 2012, ano a ano, vem reduzindo-se as faixas entre 0 e 1 ano (-18,38%), 1 e 4 anos (-24,98%) e 5 e 9 anos (-21,43%). Nas faixas etárias entre 10 e 14 anos (-7,68%) e 15 e 19 anos (-1,65%), a redução populacional é menor (IBGE, 2016). Até que ponto o decréscimo populacional em faixas etárias mais jovens poderá impactar as matrículas da educação superior da Mesorregião Oeste nos próximos anos? Com exceção das universidades públicas, as demais instituições, entre elas as instituições comunitárias, dependem, em grande parte, do ingresso de jovens radicados na Mesorregião, pois são instituições locais, limitadas, portanto, do ponto de vista de sua abrangência geográfica.

Entre os anos 2000 e 2014, a Mesorregião Oeste registrou a maior redução de matrículas no ensino fundamental entre as mesorregiões do Estado. Nos anos iniciais, a redução foi de 26,3% e nos anos finais, 40,06%. Esse fenômeno coincide com a redução da faixa etária entre 5 e 9 anos (-21,43%) e 10 e 14 anos (-7,68%), idade indicada para cursar esse nível de ensino. Já no ensino médio, as matrículas evoluíram 7,24%, acompanhando o crescimento populacional da faixa etária entre 15 e 19 anos, que foi de 1,65% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016).

Como analisado anteriormente, na década de 1990 as IESs presentes na Mesorregião Oeste tiveram crescimento expressivo em suas matrículas. Já na primeira década dos anos 2000, essa evolução começou a estabilizar-se, inferindo-se que, para os próximos anos, poderá haver redução considerável de matrículas, sobretudo nas IESs comunitárias e privadas, uma vez que as universidades públicas são mais atrativas e competitivas do ponto de vista do acesso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As variáveis anteriormente analisadas levam a algumas inferências e a apontar para algumas perspectivas e desafios. Não resta dúvida de que o declínio acelerado das faixas etárias mais jovens, associado à redução de matrículas do ensino fundamental, estará exercendo pressão sobre a educação superior, repercutindo na expansão das matrículas das IESs presentes na Mesorregião Oeste catarinense.

Associada ao cenário anterior, a Mesorregião Oeste deverá, nos próximos anos, contar com um número cada vez mais elevado de instituições privadas atuando no ensino superior, exercendo pressão sobre as instituições comunitárias, já fragilizadas com a presença de novos atores disputando o “mercado” educacional. Esse cenário aprofundará o acirramento da concorrência, já visível nos dias de hoje, uma vez que o ensino superior vem se transformando em “negócio” atrativo, o que explica a proliferação de IESs privadas pelo País afora (SGUISSARDI, 2009).

Qualquer que seja o cenário da educação superior no futuro, não resta dúvida de que as IESs presentes na Mesorregião Oeste terão que lidar com um conjunto de adversidades advindas do macrocontexto e de contextos específicos que serão de difícil transposição.

Demographic and educational indicators and their implications to the higher education: a study from the catarinense West Mesoregion

Abstract

The paper analyzes demographic and educational indicators from the west Mesoregion of Santa Catarina and their implications for higher education. Indicators treatment and their relation to higher education has been a constant subject in recent years. It's assumed the marked reduction in young aged groups, as well as the involution of enrollment in primary education end up reflecting and even impacting on higher education. The nature of the study required a qualitative research, since the matter was analyzed carefully giving critical significance to sources. Documentary and bibliographic sources were used. At the end of the study, a scenario was built up that may provide support to decision-making and policy formulation at the high education institutions and public agencies of the Mesoregion. The analyzed variables led to the inference that there will be in the coming years, stagnation and even decline in enrollments at higher educa-

tion institutions in the present west Mesoregion of Santa Catarina, changing significantly the higher education scenario.

Keywords: Indicators. Mesoregion. Higher Education.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, P. S. **As Mesorregiões no Contexto da Nova Política Federal de Desenvolvimento Regional: Considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais.** Belo Horizonte: : Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior. **Microdados**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.
- BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação 2001-2010 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- CHAUÍ, M. et al. **Universidade em Ruínas: na república dos professores.** Petrópolis: Vozes, 1999. 223 p.
- DIAS SOBRINHO, J. et al. **Universidade em Ruínas: na república dos professores.** Petrópolis: Vozes, 1999. 223 p.
- DIDRIKSON. **La UNESCO frente al cambio de la educación superior en América Latina y Caribe.** Caracas: Cresalc, 1995.
- FRANTZ, W.; SILVA, E. W. da. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias.** Ijuí, RS: Unijuí, 2002.
- IBGE. **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990. v. 1. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2015. Disponível em: <www.ibge.gov.br/estatistica/populacao>. Acesso em: 16 set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv667.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior. **Microdados**, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar 2014.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2015.
- LIMA, M. H. P. (Org.). **Divisão Territorial Brasileira.** 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- MACHADO, A. M. N. Universidades Comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). **Instituições Comunitárias: instituições públicas não estatais.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- SCHMIDT, J. P.; CAMPIS, L. A. C. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não estatal. In: SCHMIDT, J. P. (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais.** Santa Cruz: Edunisc, 2009.
- SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2015.** Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. São Paulo: Convergência Comunicação Estratégica, 2015. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, J. P. da; OURIQUE, M. L. H. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 93, n. 233, p. 215-230, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/inov/producao/artigos>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

TREVISOL, J. Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/978-0.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

UNESCO. **As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social**. Paris: UNESCO, 2009.

UNESCO. **Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI**: visão e ação. Paris: UNESCO, 1998.